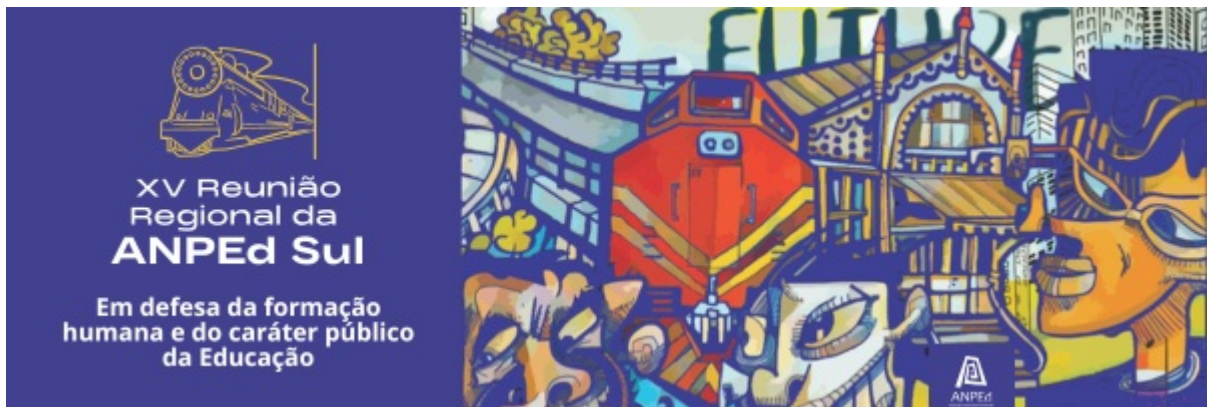




ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16189 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

MENTORIA PEDAGÓGICA: PARA QUÊ? PARA QUEM? A SERVIÇO DE QUE PROPOSTA EDUCATIVA?

Jerônimo Sartori - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Sandra Simone Höpner Pierozan - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não há

MENTORIA PEDAGÓGICA: PARA QUÊ? PARA QUEM? A SERVIÇO DE QUE PROPOSTA EDUCATIVA?

RESUMO:

No campo da educação escolar, continuamente, emergem proposições, ações e encaminhamentos que nos impactam pelos conflitos conceituais, políticos e pedagógicos, que rondam o pragmatismo e o tecnicismo. Ademais, encontramos-nos em um tempo, em que se arrefecem as possibilidades de construções coletivas geradoras de autonomia, tanto para a escola quanto para os docentes. O estudo toma a temática da “mentoria pedagógica”, orientado pela questão: qual é o foco do trabalho do mentor pedagógico junto à escola pública estadual do Rio Grande do Sul (RS)? Ele tem, como objetivo geral: conhecer o foco do trabalho do mentor pedagógico na escola estadual de educação básica no RS. Caracteriza-se pela abordagem qualitativa, ancorado na perspectiva descritivo-analítica, orientado pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, sendo objeto a mentoria pedagógica implementada no ano de 2023. Constituem, fonte de busca, postagens no sítio da Secretaria de Estado de Educação – RS, que tratam do programa de mentoria. A par do exposto, consideramos o programa como uma aproximação do gerencialismo administrativo, que instrumentaliza a educação, preocupado antes com a melhoria de índices do que com a mobilização de práticas pedagógicas em prol do sucesso da aprendizagem dos discentes.

PALAVRAS-CHAVE: Mentoria pedagógica. Equipe diretiva. Rede estadual. Neoliberalismo.

No movimento que embala a educação escolar, continuamente, surgem proposições para determinadas ações ou certos encaminhamentos que, de algum modo, impactam-nos. Atualmente, no campo educacional, conflitam conceitos, encaminhamentos políticos e pedagógicos que rondam o pragmatismo e o tecnicismo. Nossa premissa é a de que nos encontramos em um tempo, em que cada vez mais se arrefecem as possibilidades de construções coletivas geradoras de autonomia, tanto para a escola quanto para os docentes.

Ante ao exposto, é mister realçar que, a partir de meados da década de 1980, militamos juntamente com a sociedade civil organizada pela redemocratização do país e pela aprovação da constituição cidadã, buscamos o fortalecimento da democracia e, na educação, a gestão democrática. Nas redes de ensino, enfrentamos a atuação burocrática, fiscalizadora e autoritária do supervisor educacional no seu trabalho junto aos docentes na escola. Ademais, rumamos para subtrair da gramática escolar o termo “supervisor”, substituindo-o por “coordenador”, na lógica de pautar o trabalho coletivo pelo viés democrático e alinhado com as possibilidades de uma atuação colaborativa, orientada por relações horizontais entre coordenador e coordenados.

Todavia, a partir de 2016, com o advento do golpe jurídico-parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, implementaram-se mudanças na educação pública entrelaçadas com a matriz neoliberal e com a mercantilização da educação. Tal intento justifica-se pela forma como se implementa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como o discurso aponta que, pela mudança curricular, haverá melhoria na qualidade do ensino. Nesse percurso, para dar continuidade às atividades escolares em 2020 com a pandemia do Covid-19, foram implantadas as atividades remotas (síncronas e assíncronas), que, segundo narrativas, acelera a crença de que o professor poderia ser substituído pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Assim, reforçam-se os propósitos neoliberais em que a iniciativa privada demanda menos intervenção do Estado, por considerá-lo um gestor ineficiente (Freitas, 2018). Mas, essa mesma iniciativa privada disputa recursos públicos para prestar serviços educacionais, produzindo apostilas para a utilização na educação básica e pacotes plataformizados para a formação continuada de docentes e de gestores.

No estado do Rio Grande do Sul (RS), não bastasse a sinalização apontada anteriormente, na gestão do governo Eduardo Leite, iniciado em 2019, é ignorado o processo em que a educação estadual vinha caminhando, de que os supervisores escolares atuassem na perspectiva de coordenadores pedagógicos, desencadeando momentos de estudo e reflexão sobre a aprendizagem, metodologias e processos avaliativos construídos *na e pela* escola. Além desse recolhimento na atuação pedagógica, foi retomada a denominação e atribuições do supervisor educacional (SE), na lógica tecnocrática de compreender e fazer a educação, numa racionalidade científica, em que tudo precisa ser demonstrável e quantificável (Carvalho, 2021). Isso vem direcionado para que esse profissional atue, prioritariamente, na verificação do cumprimento da BNCC. Nessa atuação de “supervisor”, para além da

conferência do trabalho dos docentes, está a cobrança *ipsis litteris* do registro em planilhas dos conteúdos indicados na BNCC, com o detalhe do alinhamento com os códigos alfanuméricos, com as competências e habilidades desenvolvidas por meio dos conteúdos trabalhados. Mas não para aí, em 2023, nas escolas estaduais do RS emerge a figura do/a “mentor/a pedagógico/a”. Diante disso, o estudo toma a temática da “mentoria pedagógica”, orientada pela questão: qual é o foco do trabalho do mentor pedagógico junto à escola pública estadual do RS? E, como principal objetivo: conhecer o foco do trabalho do mentor pedagógico na escola estadual de educação básica no RS.

O estudo caracteriza-se pela abordagem de natureza qualitativa, ancorado na perspectiva descritivo-analítica, produzido pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, tendo, como objeto de reflexão, a mentoria pedagógica implementada no ano de 2023, na rede estadual de ensino do RS. Tomamos para estudo documentos postados no sítio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) – RS, que tratam do programa de mentoria para as escolas públicas da rede estadual de ensino. Indicamos que usaremos as expressões “mentoria” e “tutoria” como sinônimos, visto que, no material selecionado, são encontradas as duas formas de designação, aparentemente, para desenvolverem a mesma atividade.

Conforme achados na página da Seduc, a principal finalidade da mentoria é contribuir com as equipes diretivas para qualificar o processo de ensino e aprendizagem, enfrentando a reprovação e a evasão escolar. Ademais, sublinhamos que a mentoria pedagógica visa adotar estratégias para atender as singularidades da escola e dos docentes, com vistas ao desenvolvimento do processo pedagógico e a produção de encaminhamentos para qualificar o processo de ensino e aprendizagem (Seduc, 2023).

A mentoria pedagógica foi colocada em prática no mês de julho de 2023, como projeto piloto nas coordenadorias regionais de Porto Alegre e Guaíba. Em setembro de 2023, a Seduc anunciou que: “Tutores pedagógicos das 30 Coordenadorias Regionais de Educação participam de formação: Programa quer qualificar o processo de ensino e aprendizagem, combater o abandono escolar e diminuir os índices de reprovação” (Seduc, 2023). Assim, consolida o “acompanhamento de 100% das escolas da rede estadual em todas as 30 Coordenadorias Regionais de Educação, alcançando um total de aproximadamente 672.424 estudantes” (Seduc, 2024).

Conforme a Seduc, cada tutor (mentor) pedagógico responsabiliza-se por oito escolas, realizando encontros presenciais semanais com duração de 2 horas até 4 horas, tendo “[...] a missão de orientar e apoiar a equipe gestora na organização do trabalho pedagógico, priorizando ações que buscam uma aprendizagem mais significativa e com resultados positivos” (Seduc, 2023). O material disponibilizado para acompanhar a política é as mídias produzidas pela agência de comunicação do governo estadual. Para o ano de 2024, a Seduc anuncia encaminhamentos administrativo-pedagógicos, como: organização de calendário escolar, formações, projetos, entre outros, é o único documento público que oficializa a mentoria pedagógica e indica o critério de que “os mentores são servidores das

coordenadorias, que se dedicam de forma exclusiva à Mentoria Pedagógica” (Seduc, 2024), sem indicar o tipo de seleção.

Destarte, entendemos que não há clareza da real finalidade do trabalho do mentor pedagógico, se ele atua junto à equipe gestora em prol do controle de índices (reprovação e evasão), como isso reverbera junto aos docentes e discentes. Assim, se a escola conta com supervisores e orientadores, qual é então o foco do trabalho do mentor na escola?

Segundo Luiz (2023), o trabalho dos gestores é permeado por grande complexidade, considerando as múltiplas demandas técnico-administrativas e pedagógicas. Se a mentoria visa realizar a formação continuada dos gestores, é mister atentar para as demandas do contexto escolar, devendo abarcar conhecimentos teóricos, tecnológicos e metodológicos, para fortalecer os processos de gestão (Luiz, 2023). Todavia, se a finalidade da mentoria na rede estadual do RS é atuar com as equipes diretivas, como elas podem dinamizar a formação continuada dos professores da escola para alcançar a redução dos índices de retenção e de evasão, bem como para melhorar a qualidade do ensino? Fica o desafio de entender como o trabalho do mentor pedagógico articulado com os gestores pode contribuir para mobilizar as práticas pedagógicas em prol da melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Se a ação dos mentores ocorre junto às direções das unidades escolares, é necessário esclarecer como essa ação reflete no trabalho pedagógico realizado em sala de aula. Se a mentoria apenas “cobrar” dos gestores que eles “exijam” dos professores o preenchimento das planilhas, entendemos que pouco ou nada se avançará no propósito de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Ademais, o conceito de mentor tem origem no ato de guiar, ensinar e acolher, procede do campo empresarial, que, de forma sutil, constitui-se em “[...] controle político do aparato escolar, [...], aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares [...]” (Freitas, 2018, p. 29).

A implantação do programa mentoria pedagógica, certamente, está no pacote dos reformadores neoliberais, que, em sua visão, concebem que “[...] a educação é isolada dos seus vínculos sociais e passa a ser vista como uma questão puramente de gestão” (Freitas, 2018, p. 37). Nesse viés, são secundarizadas as variáveis extracurriculares, que dizem respeito à vida dos estudantes que acorrem à escola, recusam-se as restrições sociais e estruturais, que interferem no processo educativo.

A formação preparatória para os mentores pedagógicos do RS envolveu estudos de materiais organizados pela Seduc para dinamizar e acompanhar a aprendizagem, a frequência dos estudantes, a participação na prova do SAEB, a equidade na aprendizagem e contou com a participação do Centro de Práticas e Resultados Educacionais (CENPRE). Segundo a Seduc (2023), o CENPRE é instituição privada sem fins lucrativos, que apoia o desenvolvimento e consolidação da aprendizagem dos discentes brasileiros. O CENPRE não possui site com informações públicas para divulgar seu trabalho. Todavia, é a empresa contratada pelo município de São Paulo/SP para atuar na implementação de estratégia pedagógica e

governança educacional para elevar os índices daquela rede de ensino (Sinesp, 2024). Também é possível identificar a relação do CENPRE, com o estado do Piauí, quando aquela secretaria de educação proporciona formação direcionada aos Gerentes e Coordenadores de Ensino das Gerências Regionais de Educação e Técnicos de Acompanhamento Pedagógico da Seduc, com oficinas para trabalhar de forma eficiente os dados pedagógicos (Piauí, 2024).

Assim sendo, verificamos que proposta semelhante a anunciada pelo RS já é adotada em outros estados e municípios, com igual propositura, a melhoria de índices, mesmo que, em algum momento, os textos suscitem que exista (existe?) também preocupação com a aprendizagem, indicando que os mentores atuem no desenvolvimento de estratégias pedagógicas, com vistas a avanços na aprendizagem e frequência dos alunos.

Entendemos que uma prática transformadora não pode ficar circunscrita ao mero controle de dados, tampouco, aos aspectos relacionados ao currículo, às metodologias de ensino, à avaliação de larga escala. Se a mentoria pedagógica visa incidir na melhoria da qualidade do ensino, necessita, entre suas proposições, focar na formação continuada de docentes. Destarte, é fundamental compreender que: “*é da ação que se parte e é para a ação que se volta; a ação é ponto de partida e o ponto de chegada, mas o caminho percorrido constitui um processo educativo extremamente rico para o professor que investiga a sua prática*” (Benincá, 2010, p. 42-43).

Segundo Libâneo (2015), a escola como unidade social agrega pessoas que se interrelacionam e operam em estruturas organizadas pelos próprios sujeitos. Cabe-nos, então, refletir como os mentores inserem-se e participam dos coletivos escolares, para junto constituírem-se sujeitos que participam democraticamente da tomada de decisões. É essencial realçar que: “as escolas são, [...], organizações, e nela se sobressai a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana” (Libâneo, 2015, p. 87).

Para o objetivo de conhecer o foco do trabalho do mentor pedagógico na escola estadual do RS, anunciamos não ser possível identificar uma aproximação com a mobilização de práticas pedagógicas em prol do sucesso dos discentes no seu processo de ensino e aprendizagem. Assim, há espaço para continuidade da pesquisa.

Referências:

BENINCÁ, E. et al. Em busca de um método para a ciência pedagógica. In: MÜHL, E. H. (org.). **Educação: praxis e ressignificação pedagógica**. Passo Fundo: UPF Editora, 2010. p. 35-53.

CARVALHO, M. J. C. de. A colonização da Escola pela racionalidade instrumental. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa: Porto v. 54, n. 54, p. 35-48, 2021. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/8171>. Acesso em: jul. 2024.

ESCOLAS ESTADUAIS iniciam tutoria pedagógica para qualificar ensino e evitar evasão escolar. 21 set. 2023a. Disponível em: <https://bitlybr.com/ids>. Acesso em: jul. 2024.

FREITAS, L. C de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus, 2015.

LUIZ, M. C. Mentoria de diretores escolares: uma formação para a educação brasileira. **Cadernos da Pedagogia**, v. 17, n. 37, p. 1-19, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br>. Acesso em: jul. 2023.

PIAUÍ. Seduc inicia execução do Gestão da Aprendizagem 2024. Disponível em: <https://bitlybr.com/kkh>. Acesso em: jul. 2024.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Orientações para o ano letivo de 2024. Disponível em: <https://bitlybr.com/VxA>. Acesso em: jul. 2024.

SINESP. Notícias 2024. Disponível em <https://bitlybr.com/Dxx>. Acesso em: jul. 2024.

TUTORES PEDAGÓGICOS das 30 Coordenadorias Regionais de Educação participam de formação. 11 set. 2023b. Disponível em: <https://bitlybr.com/MhG>. Acesso em: jul. 2024.